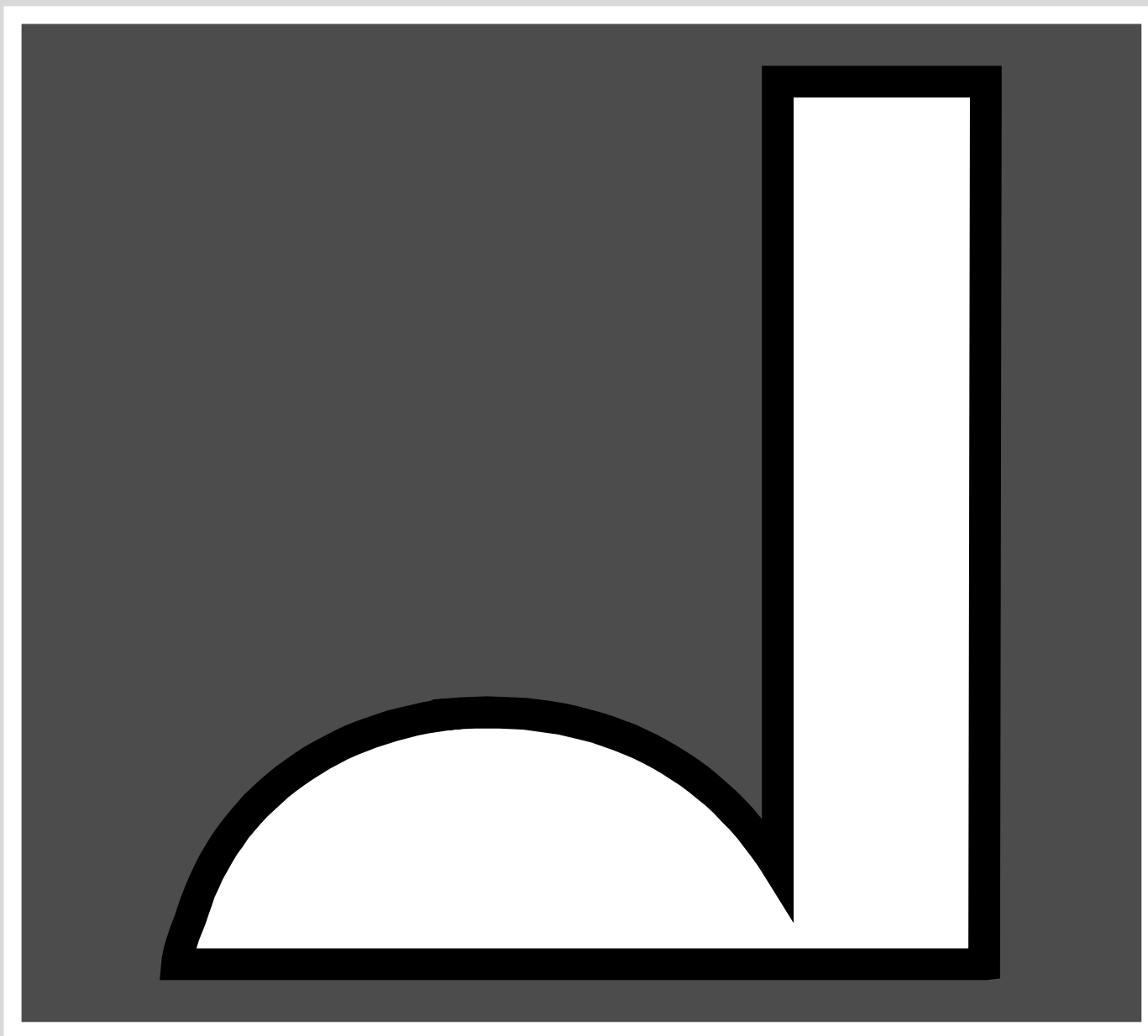




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 122 – SÁBADO, 7 DE AGOSTO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p>LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p>LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 105ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE AGOSTO DE 2004	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 132, de 2004 (nº 457/04, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 4, de 2004-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de cento e quarenta milhões de reais, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.928, de 2 de agosto de 2004.....	25047
Nº 133, de 2004 (nº 458/04, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 2004-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, crédito suplementar no valor global de quatorze milhões, novecentos e setenta e oito mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.929, de 2 de agosto de 2004.....	25047
Nº 134, de 2004 (nº 459/04, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2004 (nº 3.185/04, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001 – Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.930, de 2 de agosto de 2004.....	25047
Nº 135, de 2004 (nº 463/04, na origem), de 3 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Gilda Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República	
de Trinidad e Tobago, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade da Dominica.....	25047
1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda	
Nº 271/04, de 22 de julho último, prestando esclarecimentos e encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 553, de 2004, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle.....	25053
1.2.3 – Ofício do Ministro de Estado da Defesa	
Nº 5.610/04, de 30 de julho último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 539, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.....	25053
1.2.4 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 168, de 2000, 192 e 460, de 2003, e 54, de 2004, aprovados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	25053
Deferimento dos Requerimentos nºs 58 a 64 e 130, de 2004, lidos em sessões anteriores.	25054
1.2.5 – Discursos do Expediente	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa de pesquisas científicas e de maior controle sobre o território da Amazônia. Críticas a projetos para a região amazônica elaborados por organizações não-governamentais e pelo Ministério do Meio Ambiente.....	25054
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Vazamento de informações que dizem respeito ao Governo Federal. Necessidade de alterações na proposta da nova lei geral do audiovisual.....	25066
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Equívoco de reportagem publicada na revista inglesa The Economist que atribui responsabilidade pela destruição do ecossistema amazônico à obra de asfaltamento da BR-263, trecho Cuiabá-Santarém, e ao Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi.....	25069

1.3 – Encerramento**SENADO FEDERAL****2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****3 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****7 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****8 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****9 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 105ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de Agosto de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antero Paes de Barros e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 132, de 2004 (nº 457/2004, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 4, de 2004-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de cento e quarenta milhões de reais, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.928, de 2 de agosto de 2004.

Nº 133, de 2004 (nº 458/2004, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 2004-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, crédito suplementar no valor global de quatorze milhões, novecentos e setenta e oito mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.929, de 2 de agosto de 2004.

Nº 134, de 2004 (nº 459/2004, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2004 (nº 3.185/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001 – Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.930, de 2 de agosto de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – As mensagens lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, Mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 135, DE 2004 (nº 463/04, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal],

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Gilda Maria Ramos Guimaraes, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade da Dominica.

Os méritos da Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de agosto de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 233 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 29 de julho de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 10 de outubro de 1986, bem como no art. 39, 510, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de V. Exª, a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Embaixadora Gilda Maria Ramos Guimarães para, cumulativamente com

o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade da Dominica.

Encaminho, igualmente em anexos, informação sobre o país e Curriculum-vitae da Embaixadora Gil-

da Maria Ramos Guiinarlles, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES

CPF.: 12861243104

RG.: 266 MRE

- 1935 Filha de Joaquim Dias de Souza Guimarães e Maria José Ramos Guimarães, nasce em 22 de junho no Rio de Janeiro/RJ
- 1963 CPCD, IRBr
- 1965 Terceira Secretária, 05 de fevereiro
- 1967 Segunda Secretária, merecimento, 30 de setembro
- 1968 Paris, Segunda Secretária
- 1972 Buenos Aires, Cônsul-Adjunto
- 1973 Primeira Secretária, merecimento, 14 de setembro
- 1975 Assistente do Chefe da Divisão do Patrimônio
- 1977 Nova York, ONU, Primeira Secretária
- 1978 Conselheira, merecimento, 12 de dezembro
- 1978 Nova York, ONU, Conselheira
- 1979 Seminário sobre Financiamento do Trabalho das Nações Unidas Nova York, representante do Brasil (1a parte)
- 1979 XIX Sessão do Comitê para o Programa e Coordenação ONU (chefe da delegação)
- 1979 2a Fase da XIX Sessão do Comitê para o Programa e Coordenação ONU (chefe da delegação)
- 1979 Conferência de contribuições para a UNRWA
- 1980 XX Sessão do Comitê para o programa e Coordenação ONU (chefe de delegação)
- 1980 Conferência de Contribuições para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados-ONU
- 1981 Santiago, Conselheira
- 1982 Seminário sobre Política Externa Latino-Americana
- 1982 IX Curso Internacional da Academia Andrés Bello

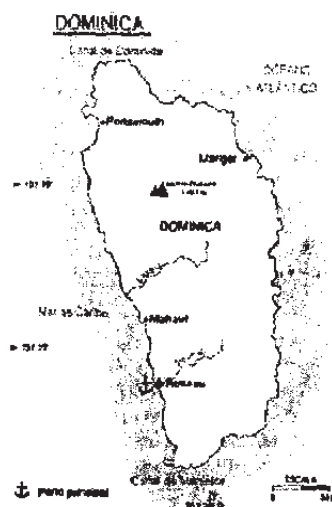
- 1983 CAE, IRBr
- 1984 Ministra de Segunda Classe, merecimento, em 16 de dezembro
- 1984 Santiago, Ministra Conselheira
- 1984 Seminário Subregional Atlântico sobre recursos do Mar e Desenvolvimento Montevideu
- 1988 Ordem ao Mérito de Chile Grã Oficial
- 1989 Secretário de Recepção e Apoio
- 1992 Chefe do Departamento do Serviço Exterior
- 1992 Secretário de Recepção e Apoio
- 1994 Ministra de Primeira Classe em junho
- 1994 Chefe do Departamento do Serviço Exterior
- 1995 Roma ,Consul Geral
- 1999 Guatemala ,Embaixadora
- 2001 Ordem de Rio Branco-Grã Cruz
- 2001 Ordem do Mérito Militar
- 2003 Ordem do Quetzal-Grã Cruz
- 2003 Trinidad e Tobago, Embaixadora
- 2003 Condecoracao com a Gran Cruz del Orden del Quetzal pelo Governo da guatemala



EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR



COMUNIDADE DA DOMINICA



Presidente Nicholas Liverpool
Desde 10 de novembro de 2003

Primeiro Ministro Edison Chenfil James
Nascido em 18.10.1943
Botânico e bioquímico

- **Área:** 754km²
- **Fronteras:** ilha no mar do Caribe
- **Clima:** tropical, moderado
- **Temperatura:** mínima de 20° e máxima de 33°
- **Topografia:** montanhosa, de origem vulcânica
- **Uso das terras:** terra arável: 4%
 outros: 80%
 plantações permanentes: 16%
- **Recursos naturais:** pesca

- **Pop.: 69,655 (2003)**

- **Força de trabalho:** 25000
 - **Desemprego:** 23% (2000 est.)
 - **Analfabetismo:** 6%
 - **Taxa de Urb.:** 70%
 - **Cidades:** Roseau, Portsmouth, Marigot
 - **Expectativa de vida:** 74.12
 - **Índice (IDH):** 0,779, 61°
 - **Idioma:** Inglês
 - **Etnias:** negros, mestiços, brancos, sírios, ameríndios caribenhos
-

- **Forma de Estado:** República na Comunidade
 - **Forma de Governo:** Democracia Parlamentarista
 - **Divisões Administrativas:** 10 distritos
 - **Contenciosos internos:**
 - **Contenciosos externos:** com a Venezuela, sobre mar territorial
 - **Forças Armadas:** desmobilizadas em 1981
 - **Exército – tanques:**
 - **Marinha – navios:**
 - **Aeronáutica – aviões:**
 - **Orçamento militar:**
 - **Tropas estrangeiras no país:**
-

- **PIB:** PPP US\$380 milhões (2002 est.)
 - **Crescimento do PIB:** : 1.2% (2002 est.)
 - **PIB per capita:** PPP US\$ 5,400(2002 est.)
 - **Agricultura:** 18%
 - **Indústria:** 24%
 - **Serviços:** 58%
 - **Produção de automóveis:**
 - **Produção de aço:**
 - **Produção de energia:** 72.41 milhões de kWh (2001)
 - **Estradas de rodagem:** 393km²
 - **Estradas de ferro:**
 - **Marinha mercante:**
-

- **Taxa de Poupança:**
- **Dívida pública em relação ao PIB:**

- **Déficit público em relação ao PIB:**
 - **Inflação:** 1% (2001)
 - **Investimentos no exterior:**
 - **Investimentos estrangeiros:**
 - **Reservas:**
-

- **Comércio exterior:**
 - **Exportações:** US\$ 50 milhões (2002)
 - **Produtos:** banana, sabão, vegetais, frutas diversas
 - **Destinos:** Inglaterra, Jamaica, Antigua e Barbuda, Guiana, Trinidad e Tobago
 - **Importações:** US\$ 135 milhões
 - **Origem:** China, EUA, Trinidad e Tobago, Coréia do Sul, Inglaterra, Japão
 - **Produtos:** manufaturas, máquinas, alimentos, químicos
 - **Saldo comercial:**
 - **Exportações para o Brasil:** US\$ 102.00 (2000)
 - **Produtos:**
 - **Importações do Brasil:** US\$ 772,753.00 (2000)
 - **Produtos:**
 - **Saldo com o Brasil:** - US\$
 - **Investimentos no Brasil:**
 - **Maiores empresas:**
 - **Empresas no Brasil:**
-

- **Votação com o Brasil na ONU:**
- **Votação com os EUA na ONU:**
- **Posição:**
- **CSNU:**
- **Clima:**
- **Iraque:**
- **Irã:**
- **Coreia do Norte:**
- **Palestina:**
- **Terrorismo:**
- **Narcotráfico:**
- **Visitas recentes:**
- **Próximas visitas:**
- **Acordos principais:**
- **Contenciosos com o Brasil:**

-
- **Próximas eleições:** Outubro de 2008
 - **Votação nas últimas eleições:**
 - **Principais Ministros:**
 - **Políticos da Oposição:**
-

-
- **Imigrantes estrangeiros no país:**
 - **Brasileiros na Dominica:**
 - **no Brasil:**
 - **Universidades:**
 - **Bolsistas:**
 - **Patentes obtidas por ano:**
 - **Consumo de papel-imprensa:**
 - **Cineastas:**
 - **Intelectuais:**
 - **Prêmios Nobel:**
 - **Datas históricas:** 03.11.1978 Independência (data Nacional)
-

Aviso nº 902 - C. Civil

Em 3 de agosto de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Gilda

Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade da Dominica.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – A mensagem lida vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, Aviso do Ministro de Estado da Fazenda que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 271/2004, de 22 de julho último, prestando esclarecimentos e encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 553, de 2004, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, e esclarecendo que os quesitos 4, 14 e 16 não foram respondidos sob a alegação de tratar-se de assunto protegido pelo sigilo fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – As informações foram encaminhadas, em cópia, à Comissão de Fiscalização e Controle.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, Ofício do Ministro de Estado da Defesa que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

Nº 5.610/2004, de 30 de julho último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 539, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2000, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre viagens oficiais e dá outras providências*;

– Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2003, de autoria do Senador Edison Lobão, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para combater a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes*;

– Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *revoga o Capítulo IV – Do Protesto Por Novo Júri, do Título II – Dos Recursos em Geral, do Livro III – Das Nulidades e dos Recursos em Geral, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*; e

– Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”*.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que deferiu os Requerimentos nºs 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64, de 2004, lidos na sessão de 09 de fevereiro do corrente ano, e o Requerimento nº 130, de 2004, lido na sessão de 10 de fevereiro do corrente ano.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, as Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e parte do Centro-Oeste correspondem a 40% da área do nosso País. A maior parte, 60% do Brasil, correspondem à Amazônia. Falo da Amazônia e tenho reiteradamente trazido esse assunto à tribuna. Vou continuar fazendo-o à exaustão, porque entendo que o Brasil tem que definitivamente incluir na sua agenda a questão da Amazônia.

A Amazônia não pode continuar sendo vista como um problema para o País, sendo pintada no exterior e na grande mídia nacional como um lugar onde existem bandidos, depredadores do meio ambiente, onde existem pessoas que não se preocupam com o meio ambiente, não se preocupam com os índios, não se

preocupam com os animais. Criam um verdadeiro estigma para a Amazônia e para a população que lá vive; desprezam os 25 milhões de habitantes da região e o trabalho que executam. Ora, a presença física desses brasileiros constitui, por si só, um trabalho de ocupação e defesa cuja utilidade já seria suficiente para que o Governo brasileiro desse uma medalha para cada um. Se nossas fronteiras hoje ainda estão intocadas tal como foram defendidas pelo Barão do Rio Branco, isso se deve muito mais à presença anônima de milhões de brasileiros espalhados por aquelas regiões fronteiriças com países problemáticos do que à presença do Governo brasileiro, do Estado brasileiro. Logicamente, faço aqui uma honrosa menção às Forças Armadas, notadamente o Exército Brasileiro. Destaco também a Força Aérea Brasileira, que antigamente, por intermédio do Correio Aéreo Nacional, percorria todas aquelas localidades abandonadas da Amazônia, e a Marinha, que policia e guarda os nossos grandes rios da Amazônia. Além disso, louvo a Polícia Federal, que, embora tenha pouca gente, pouco pessoal, pouco equipamento e seja mal remunerada, cumpre seu papel de defesa, principalmente no que tange ao narcotráfico, ao descaminho.

Tirando essas instituições, Sr. Presidente, os outros órgãos governamentais têm feito pouquíssimo mesmo ao longo desses cinco séculos de existência do nosso País. Muito mais fizeram os portugueses quando conquistaram a Amazônia para o Brasil, quando efetivamente marcaram a presença do Brasil naquelas regiões todas.

Hoje, Sr. Presidente, estamos vivendo e temos que viver a Amazônia do século XXI. Mas existem setores que teimam em engessar a Amazônia; teimam em cantar a Amazônia apenas como uma grande reserva ecológico-indígena, como uma grande reserva florestal.

Quero hoje ler, Sr. Presidente, um artigo que está publicado no *site* da Fundação Getúlio Vargas, que diz:

A Amazônia pode responder por 40% do PIB, diz cientista.

Brasil precisa tratar a região como prioridade, como fez com o agronegócio e a indústria aeronáutica, afirma o pesquisador. R\$300 milhões em investimento bastariam.

A Amazônia tem potencial para responder por 30% a 40% do Produto Interno Bruto brasileiro em um prazo de 100 anos, se o Governo brasileiro estabelecer um plano de

investimento de longo prazo e incluir a região entre as suas prioridades, afirma o pesquisador Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Cerca de R\$300 milhões bastariam para implementar um plano científico para a região, segundo Nobre.

Para ele, a Amazônia precisa ser tratada como “ocorreu com o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) no passado”, disse ele à agência Fapesp. “Esse (investimento) seria o nosso grande sonho. Temos que ter de quatro a seis instituições de pesquisas fortes na Amazônia para que a região possa ser bem estudada”.

Ele lembrou que já existem o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Museu Emílio Goeldi, o primeiro em Manaus e o segundo em Belém, “que poderiam ser ainda mais fortalecidas”. E ele defende que o Brasil mantenha a liderança do LBA (sigla em inglês para Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia), do qual também é diretor científico.

Cálculos aproximados pelos dirigentes do LBA indicam que o programa custou US\$80 milhões até hoje. O Brasil participou com 40% desse total, os Estados Unidos, com outros 40%, e a Europa, com 20%.

Ora, Sr. Presidente, fazendo um parêntese, Estados Unidos e Europa participaram com a maior parte desses recursos para pesquisar a Amazônia. Será que é de boa vontade? Será que é porque esses países estão interessados efetivamente em ajudar o Brasil a ter a Amazônia brasileira? Ou será que eles estão pesquisando de perto – porque, de cima, já pesquisam há muito tempo, pelos satélites –, para, no futuro, poderem ter mais elementos para explorarem a Amazônia?

Continuando, Sr. Presidente:

Os salários dos pesquisadores são pagos por agências de fomento brasileiras, entre as quais a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Nobre avalia que seriam necessários do Brasil mais R\$ 15 milhões ao ano em um período de cinco anos a partir de 2006, para manter os custos do programa. Segundo ele, esses recursos poderiam financiar aproximadamente 30 estudos científicos de grande porte.

Para o cientista, as iniciativas oficiais para estimular a pesquisa na região ainda são modestas. “Não adianta apenas bolsas para a região, é preciso ter política de fixação de pesquisadores”, afirma.

Sr. Presidente, esse artigo nos leva a refletir de maneira séria e moderna sobre o futuro da Amazônia, porque precisamos conhecer a Amazônia cientificamente, porque hoje muito do que se fala da Amazônia é de um ponto de vista ideológico ou conduzido por questões de interesses financeiros internacionais, defendidos principalmente pelas ONGs que estão a serviço das corporações financeiras, como as grandes mineradoras internacionais, a indústria farmacêutica, de cosméticos e a indústria espacial. Muitos dos minerais da Amazônia são de terceira geração utilizados nessa indústria, como o urânio, que temos em abundância, e o nióbio. Segundo estudos, a Amazônia detém 80% desse componente existente no mundo.

Sr. Presidente, a par dessa questão, vemos o que o Governo Federal está pensando para a Amazônia no momento. Há um projeto, segundo o jornal **O Globo**, para aproveitar as florestas da Amazônia que são devolutas, isto é, que não estão legalmente ocupadas, mas que de fato estão e, assim sendo, são consideradas devolutas, portanto podem ser da União, do Governo Federal, ou dos Estados ou dos Municípios. O que pretende esse projeto, segundo publicou o jornal **O Globo** numa matéria muito importante? Pretende, na prática, entregar a floresta amazônica a empresas privadas para exploração, mediante o mecanismo de arrendamento, aluguel, etc, durante um período de anos. Alguns produtos e subprodutos são a madeira, resinas etc. Ao mesmo tempo, vão pesquisar outras riquezas da Amazônia. Lá diz claramente que esse projeto teve a participação de várias ONGs.

Sr. Presidente, farei a leitura de duas matérias sobre essa questão das ONGs e sobre esse projeto de privatização das florestas da Amazônia.

ONGs defendem projeto de criação de concessões de uso para áreas públicas na Amazônia.

O projeto de lei que trata da exploração de áreas públicas da Amazônia por organizações não-governamentais e empresas privadas se encontra na Casa Civil para ajustes.

Espero, Sr. Presidente, que haja realmente ajustes nacionalistas.

A informação é da assessoria do Ministério do Meio Ambiente. Divulgado pela imprensa como um “projeto de privatização da Amazônia”, entidades ambientais questionam essa visão e apóiam a proposta como forma de desenvolvimento sustentável.

Segundo a ONG SOS Mata Atlântica – que deveria estar preocupada com a mata Atlântica do litoral brasileiro – não se trata de privatização mas de garantir o “controle público sobre terras públicas” [Quer dizer, controle público entregando para empresas privadas, ONGs], evitando, com isso, grilagem e o avanço de madeiras na região. Outra organização ambiental, o famoso Greenpeace – que de verde não tem nada –, também considera o projeto uma forma de o Governo “retomar o controle da região”.

“Este processo de concessão florestal está escrito há anos e conta com a participação das 24 principais ONGs ligadas à floresta”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bom que toda a Nação brasileira fique atenta. Esse processo de concessão florestal está escrito há anos e conta com a participação das 24 principais ONGs ligadas às florestas. Essa matéria está escrita no *site* de uma entidade: www.amazonia.org.br. Portanto, trata-se de um *site* ligado a várias ONGs.

“Trata-se de uma tentativa de regulação das concessões na Amazônia, criando indicadores de sustentabilidade, áreas de parques, de espécies ameaçadas e as que podem ser disponibilizadas. É uma tentativa de garantir o controle público sobre terras devolutas”, disse Mário Mantovani, Diretor de Relações Institucionais do SOS Mata Atlântica. Pelo visto, está avançando sobre a Floresta Amazônica.

Ele acrescentou que se trata de uma concessão para exploração de produto sem degradação ambiental. “Precisamos fazer esse marco regulatório”, enfatizou ao lembrar que as áreas públicas precisam de legislação.

Paulo Adário, coordenador do Greenpeace na Amazônia [de novo o Greenpeace], diz que a ONG também acompanhou as discussões sobre o projeto de lei.

Quer dizer, a ONG já acompanhou a discussão sobre o projeto de lei, mas, que eu saiba, nenhum Senador a acompanhou. Como Senador da Amazônia, nunca fui convidado para participar dessas discussões.

Segundo ele, 30% da Amazônia é protegida – vejam bem que é palavra dessa ONG –, mas com sérios problemas. Além disso, 24% é área privada.

Apenas 24% da Amazônia é de propriedades privadas. Portanto, 76% da Amazônia não está em área privada. E eles querem avançar sobre os 76% que não são de área privada.

O Greenpeace estima que 10% das áreas particulares foram privatizados com base em títulos falsos de propriedade. Sobram 46% de terras públicas, que pertencem ao governo federal [Sr. Presidente, estou até admirado com o fato de 46% da Amazônia ser de terras federais, fora as reservas ecológicas e indígenas] e que não têm proteção alguma. “Não se trata de parques ou florestas, mas de terras devolutas, que estão sendo invadidas por madeiros e grileiros. A indústria madeira está na vanguarda da invasão. O governo pretende, com isso, recuperar o controle sobre uma gigantesca área da Amazônia sem nenhum status de proteção”, explicou [o Sr. Paulo Adário, coordenador do Greenpeace].

Segundo ele, a ausência do governo causa invasões e privatizações. “O governo tenta estar presente criando este projeto de lei. Com ele, o governo recupera o controle sobre as áreas e define aquelas que precisam ser conservadas e as que são de alto valor ambiental. As que sobram, deve planejar e oferecer à iniciativa privada para a exploração sustentável, recebendo *royalties*”, disse. “Com isso, pode fortalecer instituições de controle e garantir a governância sobre o território. Se o governo vai conseguir fazer isso é uma outra questão.”

O artigo é assinado por Keite Camacho.

Sr. Presidente, este é um artigo que realmente se contrapõe aos interesses da Nação. Não é possível que o Governo agora tenha como seu porta-voz, na Amazônia, organizações não-governamentais, dizendo o que deve ou não fazer naquela região do País. Está dito aqui claramente quem elaborou esse projeto, que, na prática, diz que brasileiro não merece confiança; que brasileiro está acabando com a Amazônia e que não é capaz, portanto, de merecer o incentivo do Governo para fazer esse trabalho que dizem querer fazer: explorar racionalmente as madeiras e as riquezas da Amazônia.

Mas, entre essas 24 ONGs que participaram, devem estar o Greenpeace, o WWF, o Isa e várias outras que comandam hoje esse processo e o Ministério do Meio Ambiente. Realmente essa é uma interferência clara dessas instituições na soberania do País. É preciso chamar a atenção para essa realidade, que não pode prosperar.

Espero que, com a vinda desse projeto ao Congresso Nacional, nós possamos mudar radicalmente

esse enfoque para priorizar a atuação dos Governos estaduais e municipais, das empresas brasileiras localizadas na Amazônia ou das que queiram atuar na região, e só depois alguma empresa estrangeira, caso haja comprovado interesse legítimo. Antes, essas ONGs que não têm regulamentação de atuação eram apenas instituições de voluntariado que defendiam idéias, minorias, meio ambiente, mas agora querem ser empresas. Aliás, são empresas.

No ano passado, o Governo Brasileiro transferiu para as organizações não-governamentais R\$1,3 bilhão – só da área ministerial, sem contar as fundações, as autarquias –, e ocorreram muitos escândalos praticados por ONGs, começando pela Ágora, seguida de cerca de outras oito, na Fundação Nacional de Saúde, que pegavam dinheiro para cuidar da saúde indígena e desviavam para o bolso dos seus membros, o que já foi constatado pela própria Fundação. Mas a CPI das ONGs já havia constatado isso anteriormente, apesar das enormes dificuldades de se apurar algo em relação à atuação delas, porque o próprio Tribunal de Contas da União já disse que os contratos com essas organizações são feitos sem licitação, sem levar em conta capacitação técnica, sem investigar a capacidade de atuação dessas instituições. E fico preocupadíssimo porque, além disso, enquanto se pretende entregar a Amazônia para ONGs e empresas estrangeiras, o mesmo Ministério do Meio Ambiente age atrasando o desenvolvimento do País.

E ressaltar, Sr. Presidente, o que publicou ontem a **Folha de S.Paulo**:

“SALTO NO ESCURO. Segundo a ministra, dificuldade para conseguir licenciamento ameaça a construção de novas usinas.

Atraso de licença ambiental traz risco de apagão, diz Dilma”.

E ela diz aqui claramente:

Terá de haver uma adequação entre o ritmo dos licenciamentos ambientais [pelo Ibama] e as necessidades do setor elétrico.

Ora, Sr. Presidente, um órgão do Governo, o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Ibama, vem realmente dificultando ao Governo e à iniciativa privada fazer com que o Brasil seja um país desenvolvido, que gere empregos e possa competir no âmbito internacional.

O Jornal **O Globo** do mesmo dia ressalta:

“País corre risco de apagão por atraso de licenças ambientais, alerta Dilma”

Ministra pede solução para 17 usinas a serem licitadas e 24 já vendidas.

O Jornal **O Estado de S. Paulo** também noticia:

“Dilma alerta sobre risco de novo apagão”

Vai faltar energia se não forem resolvidos os problemas de licença ambiental, avisa ministra.

Sobra de eletricidade dura só até 2007.

O **Jornal do Brasil** publica:

“Ministra admite risco de novo apagão e culpa leis ambientais”

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a a transcrição desses documentos que li, para que constem do meu pronunciamento. Quero fazer justamente este alerta quanto ao projeto de exploração das florestas da Amazônia. Segundo as notícias, o Ministério do Meio Ambiente já enviou o projeto para a Casa Civil para conceder áreas de floresta da Amazônia para ONGs e empresas estrangeiras também.

Ao mesmo tempo em que escancara essa porteira, o Ministério do Meio Ambiente fecha a oportunidade de o Brasil crescer, usando mecanismo de licenças ambientais para travar, por exemplo, a construção de usinas hidrelétricas, de hidrovias, de ferrovias, de estradas. Enfim, no Ministério do Meio Ambiente está o contra-senso de tudo o que se pode pensar do discurso do Presidente Lula, que prega o desenvolvimento, a geração de emprego, e diz que a Amazônia não pode continuar sendo um santuário ecológico indígena. No entanto, a Ministra Marina Silva e seu corpo de assessores agem como se fossem um Governo à parte ou um representante de interesses outros que não são o do Governo brasileiro.

Portanto, deixo aqui registrado mais uma vez, com esses detalhes, esta questão seriíssima que tange ao desenvolvimento da Amazônia e do Brasil.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Amazônia pode responder por 40% do PIB, diz cientista”;

“ONGs defendem projeto que cria concessão de uso para áreas públicas da Amazônia”;

“Folha de S.Paulo: Atraso de licença ambiental traz risco de apagão, diz Dilma”;

“O Globo: País corre risco de apagão por atraso de licenças ambientais, alerta Dilma”;

“O Estado de S. Paulo: Dilma alerta sobre risco de novo apagão”;

“Jornal do Brasil: Ministra admite risco de novo apagão e culpa leis ambientais”;

“Jornal do Brasil: Dilma alerta para risco de apagão”.

“Jornal do Brasil: Modelo elétrico em xeque”.



VERSÃO
PARA IMPRESSÃO

COMPARTILHE PARA MELHOR

COMENTE E RESPONDA

RECEBA NOTÍCIAS



Gestão Empresarial
Jogos de Negócios

Direito Online

Amazônia pode responder por 40% do PIB, diz cientista

Brasil precisa tratar a região como prioridade, como fez com o agronegócio e a indústria aeronáutica, afirma pesquisador. R\$ 300 milhões em investimentos bastariam

São Paulo - A Amazônia tem potencial para responder por 30% a 40% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em um prazo de 100 anos, se o governo brasileiro estabelecer um plano de investimento de longo prazo e incluir a região entre suas prioridades, afirma o pesquisador Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Cerca de R\$ 300 milhões bastariam para implementar um plano científico para a região, segundo Nobre.

Para ele, a Amazônia precisa ser tratada como "ocorreu com o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) no passado", disse ele à *Agência Fapesp*. "Esse (investimento) seria o nosso grande sonho. Temos que ter de quatro a seis instituições de pesquisa fortes na Amazônia para que a região possa ser bem estudada."

Ele lembrou que já existem o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazonia (Inpa) e o Museu Emílio Goeldi, em Belém, "que poderiam ser ainda mais fortalecidas". E ele defende que o Brasil mantenha a liderança do LBA (sigla em inglês para Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia), do qual também é diretor científico.

Cálculos aproximados feitos pelos dirigentes do LBA indicam que o programa custou US\$ 80 milhões até hoje. O Brasil participou com 40% desse total, os Estados Unidos, com outros 40%, e a Europa, com 20%. Os salários dos pesquisadores são pagos por agências de fomento brasileiras, entre as quais a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Nobre avalia que seriam necessários, do Brasil, mais R\$ 15 milhões ao ano em um período de cinco anos a partir de 2006, para manter os custos do programa. Segundo ele, esses recursos poderiam financiar aproximadamente 30 estudos científicos de grande porte.

Para o cientista, as iniciativas oficiais para estimular a pesquisa na região ainda são modestas. "Não adianta apenas bolsas para a região, é preciso ter políticas de fixação de pesquisadores", afirma.



ONGs defendem projeto que cria concessões de uso para áreas públicas da Amazônia - 04/08/2004

Local: Brasília - DF
Fonte: Radiobras
Link:

Brasília – O projeto de lei que trata da exploração de áreas públicas da Amazônia por organizações não-governamentais (ONGs) e empresas privadas se encontra na Casa Civil para ajustes. A informação é da assessoria do Ministério do Meio Ambiente. Divulgado pela imprensa como um "projeto de privatização da Amazônia", entidades ambientais questionam essa visão e apóiam a proposta como forma de desenvolvimento sustentável.

Segundo a SOS Mata Atlântica, não se trata de privatização, mas de garantir o "controle público sobre terras públicas", evitando, com isso, grilagem e o avanço das madeireiras na região. Outra organização ambiental, o Greenpeace, também considera o projeto uma forma do governo "retomar o controle da região".

"Este processo de concessão florestal está escrito há anos e conta com a participação das 24 principais ONGs ligadas à floresta. Trata-se de uma tentativa de regulação das concessões na Amazônia, criando indicadores de sustentabilidade, áreas de parques, de espécies ameaçadas e as que podem ser disponibilizadas. É uma tentativa de garantir o controle público sobre terras devolutas", disse Mário Mantovani, diretor de relações institucionais da SOS Mata Atlântica. Ele acrescentou que se trata de uma concessão para exploração de produtos sem degradação ambiental. "Precisamos fazer esse marco regulatório", enfatizou ao lembrar que as áreas públicas precisam de legislação.

Paulo Adário, coordenador do Greenpeace na Amazônia, diz que a ONG também acompanhou as discussões sobre o projeto de lei. Segundo ele, 30% da Amazônia é protegida, mas com sérios problemas. Além disso, 24% é área privada. O Greenpeace estima que 10% das áreas particulares foram privatizados com base em títulos falsos de propriedade. Sobram 46% de terras públicas, que pertencem ao governo federal e que não têm proteção alguma. "Não se trata de parques ou florestas, mas de terras devolutas, que estão sendo invadidas por madeireiros e grileiros. A indústria madeireira está na vanguarda da invasão. O governo pretende, com isso, recuperar o controle sobre uma gigantesca área da Amazônia sem nenhum status de proteção", explicou.



Segundo ele, a ausência do governo causa invasões e privatizações. "O governo tenta estar presente criando este projeto de lei. Com ele, o governo recupera o controle sobre as áreas e define aquelas que precisam ser conservadas e as que são de alto valor ambiental. As que sobram, deve planejar e oferecer à iniciativa privada para a exploração sustentável, recebendo royalties", disse. "Com isso, pode fortalecer instituições de controle e garantir a governância sobre o território. Se o governo vai conseguir fazer isso é outra questão".

Keite Camacho

Amazônia

Confira também a íntegra da notícia de este assunto divulgada pelo Grupo de Trabalho sobre Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs sobre a questão

imprima esta notícia
envie por e-mail

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
FOLHA DE S. PAULO	05	Agosto/04	Dinheiro	B	10

SALTO NO ESCURO Segundo a ministra, dificuldade para conseguir licenciamento ameaça a construção de novas usinas

Atraso de licença ambiental traz risco de apagão, diz Dilma

HUMBERTO MEDINA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A dificuldade em conseguir licenciamento ambiental para construção de usinas hidrelétricas poderá ser causa de falta de energia no futuro, disse ontem a ministra Dilma Rousseff (Minas e Energia) aos membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A questão ambiental foi o principal tema da exposição da ministra. Dilma disse que há dois tipos de problema: usinas já outorgadas, mas que não puderam ser construídas ou entrar em funcionamento por falta de licença ambiental, e usinas que precisam ser licitadas já com as licenças obtidas, até o primeiro trimestre de 2005.

A ministra cobrou "ritmo" para o processo de licenciamento. "Terá de haver uma adequação entre o ritmo dos licenciamentos ambientais e as necessidades do setor elétrico", disse.

No resumo apresentado aos membros do conselho, a ministra foi mais clara: "Haverá risco de falta de energia caso não seja equacionado o licenciamento dessas usinas".

A ministra ressaltou que o problema não é apenas no Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), mas principalmente nos órgãos estaduais de defesa do ambiente e no Ministério Público, que entra com ações civis públicas contra as obras.

Prazo

O momento em que poderá faltar energia por causa da demora no licenciamento ambiental é indefinido e depende das usinas que vão conseguir liberação primeiro. Para garantir o abastecimento entre 2007 e 2009, o governo conta com a entrada em operação de 45 usinas já licitadas, capazes de gerar 13.037 MW.

Mas 24 dessas usinas, responsáveis por 38,7% da capacidade de aumento de geração, têm problemas de licenciamento ambiental. O aumento da oferta de energia a partir de 2009 e 2010 será feito por usinas novas, que ainda não foram licitadas.

O governo pretende licitar novas usinas a partir do primeiro trimestre do ano que vem. São 17 usinas ao todo, que vão adicionar 2.829 MW ao sistema a partir de 2009, quando começarem a ficar prontas.

De acordo com as regras do novo modelo para o setor de energia, apresentadas na semana passada, o governo já terá fazer a licitação dos empreendimentos com a licença ambiental concedida.

Ibama

Nílvo Silva, diretor de licenciamento e qualidade ambiental do Ibama, disse que a maior parte dos problemas acontece porque, no passado, o governo licitou usinas sem obter antes o licenciamento ambiental.

mento ambiental.

De acordo com ele, a rapidez na análise dos pedidos de licenciamento depende dos empreendedores. Quanto melhor for o relatório e mais rapidamente for entregue, mais ágil será a liberação.

Ainda segundo Silva, o órgão deverá fazer concurso público para contratar 150 técnicos, que irão trabalhar na área de licenciamento ambiental.

FRASE

Terá de haver uma adequação entre o ritmo dos licenciamentos ambientais [pelo Ibama] e as necessidades do setor elétrico

DILMA ROUSSEFF
ministra de Minas e Energia



JORNAL

O GLOBO

DIA:

05

MÊS/ANO:

Agosto/04

EDITORIA:

Economia

CADERNO:

A

PÁGINA:

35-B

no fim da reunião da CFC.

O governo tentou até o último momento evitar a convocação de Meirelles e Casseb pelos senadores. A maior preocupação é em relação a Casseb, que, segundo técnicos do governo, poderia ser massacrado pela oposição. No Palácio do Planalto e na equipe econômica a avaliação é que Meirelles estaria mais preparado para dar todas as explicações sobre suas transações imobiliárias que, segundo as denúncias, tiveram por objetivo driblar o Fisco.

O requerimento aprovado ontem não trata especificamente das denúncias contra Mei-

relles e Casseb, e o senador Ney Suassuna admitiu que outros temas poderão ser abordados durante os depoimentos. É o que deseja a oposição.

Novos requerimentos serão votados na próxima semana

O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, ainda estava no Congresso, em visita aos líderes partidários, quando os requerimentos foram aprovados. Pouco antes, chegara a declarar que os dois só compareceriam ao Senado se fosse de interesse público:

— Não vamos, de jeito algum, submeter instituições como o Banco Central e o Banco do

Brasil aos caprichos eleitorais da oposição.

A decisão da CFC acabou revelando mais uma vez a fragilidade da base governista no Senado. Mas o líder do governo na Casa, Aloizio Mercadante (PT-SP), e Rebelo apressaram-se em garantir que não foram pegos de surpresa.

Terça-feira deverão ser votados novos convites para Meirelles e Casseb falarem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e na comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Banestado. ■

COLABORARAM Maria Lima e Isabel Braga

País corre risco de apagão por atraso de licenças ambientais, alerta Dilma

Ministra pede solução para 17 usinas a serem licitadas e 24 já vendidas

Mônica Tavares, Luiza Damé e Cristiane Jungblut

• **BRASÍLIA.** O atraso nas licenças ambientais para a construção de usinas hidrelétricas poderá comprometer o abastecimento de energia elétrica no país nos próximos anos. A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, em apresentação ontem durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), disse que há risco de falta de energia caso não seja solucionado o licenciamento de 17 usinas que serão licitadas em 2005, com capacidade de 2.829 megawatts (MW), e de outras 24 já concedidas à iniciativa privada, com 5.039MW.

— Herdamos 45 usinas sem licenciamento ambiental, que são estratégicas para que o país tenha um crescimento seguro. Resolvemos o problema de 21. Há 24 pendentes. Precisa haver uma adequação en-

tre o ritmo do setor elétrico e o licenciamento ambiental — cobrou a ministra.

Dilma comparou os investimentos no setor com andar de bicicleta. Segundo ela, se a pessoa pára, cai. Depois de cinco ou seis anos sem in-

vestimentos em novas unidades, houve o racionamento de energia entre 2001 e 2002.

O diretor de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama), Nilvo Silva, informou que a maior parte das licenças ainda não concedidas é de responsabilidade dos órgãos estaduais de meio ambiente ou está parada por causa de ações do Ministério

Público na Justiça.

Das 17 usinas relacionadas pela ministra, três dependem de licenciamento federal: Ipueiras, Paulistas e Simplício. As outras, segundo Silva, estão sob administração estadual.

Das 24 hidrelétricas já concedidas, disse o diretor, a usina de São Salvador conseguiu a licença na semana passada; Estreito está em fase de análise; e Itumirim teve a licença

prévia negada em 2002.

Silva defende investimentos nos órgãos de licenciamento, para agilizar a análise dos processos. Ele afirmou que há problemas de qualidade nos projetos de impacto ambiental das empresas, o que pode atrasar a licença prévia. Por lei, o Ibama tem seis meses para analisar os projetos mais simples e um ano quando é preciso estudo de impacto ambiental. ■



Presidência da República
Secretaria De Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	05	Agosto/04	Economia	B	9

ENERGIA E COMBUSTÍVEIS

Dilma alerta sobre risco de novo apagão

Vai faltar energia se não forem resolvidos os problemas de licença ambiental, avisa ministra

GERUSA MARQUES
e JOSÉ RAMOS

BRASÍLIA – A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, alertou ontem para o risco de falta de energia antes de 2010, caso não sejam resolvidos os problemas de licença ambiental de 24 usinas que estão sendo consideradas no planejamento do setor. Atualmente há sobra de energia, pois o sistema tem capacidade de gerar 50 mil megawatts médios e o consumo está em torno de 45 mil MW médios. Mas essa sobra deve se esgotar em torno de 2007 e precisará ser completada pelas usinas em construção e por projetos novos que garantirão mais 5 mil MW médios. Cerca de 2,7 mil MW médios dependem das 24 usinas.

Os dados foram apresentados ontem pela ministra aos empresários, sindicalistas e demais integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, juntamente com a nova regulamentação do setor elétrico. Dilma explicou que esses problemas existem porque o Brasil es-

tá passando por um momento de transição no setor elétrico, antes da vigência plena do novo modelo. "Herdamos um estoque não resolvido e temos de providenciar o futuro."

Pelas novas regras, as usinas entrarão no leilão já com a licença ambiental concedida. "Esse é um processo contínuo para que o País tenha expansão sustentável. Teremos de estar lutando por um conjunto de usinas licenciadas. Caso contrário, quando não tem investimento, tem desabastecimento." Segundo Dilma, o governo está fazendo todo esforço para resolver os

SOBRA DE ELETRICIDADE DURA SÓ ATÉ 2007

impasses, mas afirmou que este não é um problema ser resolvido só com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais e Renováveis (Ibama). Participam também dos procedimentos legais os ministérios públicos Federal e Estadual e as agências de meio ambiente dos Estados. "É um desafio, mas é algo perfeitamente possível de ser resolvido com vontade política."

Até sexta-feira, segundo Dilma, o governo vai editar os três decretos que faltam para regulamentar o novo modelo do setor. Eles criam o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e estabelecem regras

de funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Dilma alertou também para a necessidade de se discutir como a expansão do setor será financiada. Ela lembrou que hoje só o BNDES financia projetos desse tipo. Se o País apelar para recursos externos, ela alerta que haverá um custo adicional por causa das garantias que os investidores estrangeiros vão buscar contra o risco País.

Segundo o diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Ibama, Nilvo Silva, só 9 das 24 usinas citadas como problemáticas são supervisionadas pelo órgão. As demais são licenciadas pelos Estados. E desses 9 projetos, só 2 estão pendentes de decisão do Ibama: Estreito (TO) e Itaocara (RJ), cujos estudos de viabilidade estão sendo analisados.

Duas usinas sequer deveriam estar na lista, diz ele: a Hidrelétrica São Salvador (TO), que recebeu a licença prévia na semana passada, e a Usina Itumirim (GO), que teve o licenciamento negado em 2002, e portanto está descartada pelo órgão.



$$A_{\text{CO}} = 1.4 \times 10^{21} \text{ cm}^{-2}, \quad N_{\text{H}} = 1.0 \times 10^{22} \text{ cm}^{-2}, \quad R = 0.13, \quad T_{\text{H}_2} = 100 \text{ K}, \quad B_{\text{H}} = 1.5 \times 10^{-4} \text{ G}, \quad \mu = 5.0, \quad A_{\text{V}} = 0.3, \quad \tau_{\text{H}_2} = 2.0 \times 10^4 \text{ yr}.$$


H08L		ADAPTA		SABABE	
Cidade		Cidade		Cidade	
Estado		Estado		Estado	
Nome	33	Nome	33	Nome	33
Idade	28	Idade	28	Idade	28

Verificação de...

SE NG LS 50 P > 2,00

Atividade de...

1.312 x 2.3 x 1.00

Problema de...

UP...

...de...

JORNAL

JORNAL DO BRASIL

DIA:

05

MÊS/ANO:

Agosto/04

EDITORIA:

Econ. & Neg.

CADERNO:

A

PÁGINA:

22-B/24

Noblesse oblige

Luiz Pinguelli Rosa procurou a coluna para esclarecer que não considera o atual modelo de energia tão ruim como os anteriores.

Admite a crítica à aposta exclusiva no setor privado, deixando-se a Eletrobrás, de enorme potencial de investimento, presa à tarefa de gerar superávit primário.

Não sem uma dose de ironia, lembra que essas ponderações faz desde o tempo em que presidia a estatal, e portanto não é "nem tanto estilingue, nem tampouco vidraça".

Com Carla Falcão

faccioli@jb.com.br

INFLAÇÃO**Preços sobem menos em São Paulo em julho**

SÃO PAULO - A inflação no município de São Paulo recuou para 0,59% em julho. No mês anterior, o Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP, havia ficado em 0,92%. É a primeira vez que o IPC cede desde fevereiro. No mês passado, o índice foi puxado por Saúde (2,03%) e Transportes (1,14%). Já o grupo Vestuário teve deflação de 1,72% com as liquidações de inverno.

Dilma alerta para risco de apagão

Ministra critica demora de processos de licenciamento ambiental para obras de geração de energia

KARLA CORREIA

BRASÍLIA - A lentidão do processo de licenciamento ambiental para empreendimentos de geração de energia prejudica a expansão da oferta de eletricidade a longo prazo e põe o país sob risco de um novo apagão. A avaliação é da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que expôs ontem aos membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) as linhas gerais da política energética do governo. A questão ambiental e a atração de investimentos foram assinaladas pela ministra como os principais desafios do novo modelo do setor elétrico.

Dilma explicou que o cenário atual do setor conta com estoque de 45 usinas com concessões outorgadas entre 1999 e 2002, das quais 21 se encontram paralisadas devido a entraves no licenciamento ambiental, totalizando 5.039 megawatts em empreendimentos de gera-

ção. Outras 17 usinas ainda não licitadas aguardam resposta a seus pedidos de licenciamento prévio. Esses empreendimentos serão leiloados no início de 2005 e garantirão a oferta de energia a partir de 2009.

Na avaliação da ministra, um dos fatores que transforma o processo de licenciamento ambiental um entrave à expansão da geração de energia é a falta de unificação dos procedimentos. Quando o empreendimento em questão corre na esfera federal, por exemplo, a responsabilidade do licenciamento cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Regras diferentes regem o licenciamento para a construção e operação comercial de usinas localizadas em jurisdição estadual, com normas que mudam de Estado para Estado.

- É preciso que aconteça uma adequação do ritmo das licenças ambientais ao ritmo das necessidades energéticas brasi-

leiras. O problema não está ligado só ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente. A grande maioria é de usinas que dependem de autorização de órgãos ambientais estaduais, e ainda há problemas na área do Ministério Público Estadual - afirmou Dilma.

O estoque de usinas já licitadas e aquelas que serão ofertadas no leilão previsto para o início do próximo ano é suficiente para atender à demanda de

energia gerada pelo crescimento econômico de uma década, avalia Dilma. Segundo cálculos do ministério, o consumo de energia elétrica aumentará 5% até 2010, caso o Produto Interno Bruto do país cresça na média de 4,5% ao ano. Em um cenário menos otimista, com o PIB crescendo 2,5% ao ano até o fim da década, o aumento da demanda seria de 3%.

A expansão da geração de energia consumirá aportes da ordem de US\$ 2,9 bilhões ao ano para suprir a demanda projetada com base no crescimen-



Presidência da República
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.

JORNAL

JORNAL DO BRASIL

DIA: 05

MÊS/ANO: Agosto/04

EDITORIA: Econ. & Neg.

CADERNO: A

PÁGINA: 24-A

to anual de 4,5% do PIB, cerca de 50% da estimativa de investimento total no setor elétrico. O número envolve tanto os empreendimentos já existentes quanto os que serão licitados. O presidente da Usiminas e membro do CDES, Rinaldo Campos Soares, questionou o poder da política energética do governo de atrair investimentos para o setor ao mesmo tempo em que garante a oferta de energia e tarifas módicas. Uma dificuldade para atrair investimentos, destacou, é o elevado custo dos empreendimentos, financiados em dólar, versus o faturamento em reais.

Modelo elétrico em xeque

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

BRASÍLIA – As regras do novo modelo elétrico, tais como estabelecidas pela Medida Provisória 144 de dezembro do ano passado e convertidas pelo Congresso na Lei 10.848/04, continuam a correr perigo. O Supremo Tribunal Federal resolveu ontem, por nove votos a dois, que eventuais “vícios constitucionais” de uma MP contaminam a lei dela resultante. Prevaleceu a linha do voto do ministro-relator, Gilmar Mendes, ao examinar uma questão preliminar referente às ações de inconstitucionalidade contra a MP 144, propostas pelo PFL e pelo PSDB. Mas o mérito das ações não chegou a ser julgado, porque o ministro Eros Grau pediu vista dos autos.

Os ministros Joaquim Barbosa e Ayres Britto foram votos vencidos, ao defender o ponto de vista do governo

de que as ações de inconstitucionalidade tinham como objeto específico a MP 144, e não a lei em que foi convertida. Barbosa afirmou que a MP contestada “desapareceu do mundo jurídico”. Ayres Britto disse que, no processo de conversão no Congresso, a lei “absorveu a MP e absolveu os eventuais pecados da medida”. Mas os demais ministros acompanharam o relator.

As duas ações têm como principal fundamento o fato de que uma MP não pode alterar legislação relativa ao dispositivo do artigo 176 da Constituição, que trata do aproveitamento dos potenciais energéticos. Esse dispositivo foi modificado em 1995 pela emenda que abriu o setor elétrico.

O artigo 246 da Carta proíbe expressamente a adoção de MP na regulamentação de qualquer artigo que tenha sido alterado por meio de emenda constitucional promulgada entre 1º de janeiro de 1995 e 11 de setembro de 2001. Caso o STF venha a decidir, no mérito, que a lei nascida da MP é inconstitucional, o Executivo terá de enviar um novo projeto de lei ao Congresso e a Lei 10.848 perderia a validade.

Petróleo cai após anúncio da Opep

Cartel volta atrás e avisa que poderá elevar a produção

NOVA YORK, LONDRES e BRASÍLIA – O anúncio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo de que seus membros ainda poderiam aumentar a produção de petróleo em 1 milhão ou 1,5 milhão de barris por dia surpreendeu ontem o mercado e derrubou as cotações da *commodity*. Anteontem, o presidente do cartel, o indonésio Purnomo Yusgian-

toro, afirmara que os membros da Opep, responsável por 40% do abastecimento mundial, tinham chegado ao limite de produção, e os preços bateram recordes.

Em Nova York, o barril do tipo leve, referência local, abriu em alta e atingiu nova cotação histórica: US\$ 44,34. Mas, após o anúncio da Opep, o preço começou a cair e terminou o dia em queda de 2,9%, a US\$ 42,83. Em Londres, o barril do tipo Brent (referência internacional) fechou em queda de 2,31%, a US\$ 39,70, após também ter atingido novo recorde,

de US\$ 40,99, antes das declarações do cartel.

Enquanto isso, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, descartou a possibilidade de reajuste no preço dos combustíveis no Brasil com base na

alta observada na cotação do petróleo nos últimos dias. Apesar de endossar a avaliação do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, de que novo ajuste nos preços será necessário se o preço do petróleo se estabilizar num patamar entre US\$ 40 e US\$ 45 o barril, a ministra acha que ainda não é ho-



O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros, PSDB – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a tranqüilidade desta sexta-feira, que mais parece um sábado, causa-nos constrangimento em abordar determinados temas – já que se tornou praxe o Governo não estar aqui representado, inclusive para ajudar na elucidação de alguns fatos –, mas o País, principalmente o Congresso, que é a caixa de ressonância da Nação, não pode parar pela omissão dos que têm responsabilidade com o Governo do País.

Trago à tribuna alguns temas e pretendo fazê-lo rapidamente. O primeiro deles diz respeito ao envolvimento do Dr. Henrique Meirelles nessa questão da remessa de recursos pessoais por intermédio de doleiros ou de bancos e à tentativa do Governo de querer colocar a carga dessa denúncia nas costas da Oposição. Essa é a maneira mais cômoda, Sr. Presidente.

Lamento que o Presidente Lula não tenha acordado ainda para o fato de que o fogo inimigo – amigo em um caso, inimigo no outro – nasce dentro do Palácio. Por exemplo, quanto ao fato relativo ao Dr. Meirelles, o Presidente da CPI do Banestado, Senador Antero Paes de Barros, levantou ontem uma questão fundamental: a declaração de Imposto de Renda do Dr. Meirelles não está na Comissão, nem teria razão para estar. Em momento algum, foi requisitada por alguém. E o Governo precisa se conscientizar de que não interessa à Oposição a saída ou a subida do Dr. Meirelles, porque temos a certeza de que a substituição será para pior, e não somos como a Oposição de recentemente, que pregava o “quanto pior, melhor”.

É preciso que o Governo – que recentemente nomeou para o cargo de Diretor-Geral da Abin um homem moderno, cheio de bossa, que fala bem e é muito experiente – coloque os seus serviços para descobrir a origem dos vazamentos de informação. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa brincadeira começou naquele passeio inocente do cachorrinho da Primeira-Dama do Palácio da Alvorada para a Granja do Torto. Quem viu o cachorro sair do Alvorada? Foi a Oposição? A Oposição tem acesso? Não. Quando o carro chegou às proximidades da Granja do Torto, os fotógrafos já estavam prevenidos de que chegaria uma kombi trazendo o cachorro de estimação da Primeira-Dama, que foi punido, mandado para o exílio em São

Paulo, porque não podia mais criar constrangimento ao Presidente da República.

Houve também o episódio da famosa estrela no jardim do Palácio – uma estrela inocente, colocada no jardim talvez por algum puxa-saco que tivesse acesso à arte da jardinagem –, e a Oposição foi colocada como suspeita. Somente via satélite, Senador Antero Barros, alguém teria condições de ver a estrela naquele local. Aquela estrela só foi vista pelos que têm acesso ao Palácio. É muito fácil colocar a culpa na Oposição.

Agora, foi apresentada a justificativa do Dr. Meirelles, mas é bom lembrar que o Governo – o Governo puro do PT, que não admite mistura –, desde o começo, olhou enviesado para o Dr. Meirelles e vem sistematicamente criando crises para o Presidente do Banco Central. Aliás, o Dr. Casseb deu uma declaração e reconheceu que os queimadores do seu nome eram exatamente do núcleo do Partido. Trata-se de uma divergência interna.

O Governo tem várias divisões: os que foram da Previ, os que têm acesso à Previ, os que são amigos da Previ, os que são amigos de Lula, os exilados... Há guetos que se digladiam entre si. Não vamos longe: a própria denúncia do caso Waldomiro nasceu do Governo, de gabinetes próximos que não se cheiravam bem.

Daí, Sr. Presidente, a grande frustração da Oposição brasileira. Estamos nesta Casa há um ano e sete ou oito meses, e não tivemos ainda o prazer mórbido da Oposição de criar uma crise para o Governo, porque o próprio Governo cria todas as crises. Basta enumerar, por meio dos jornais brasileiros, as crises que o Governo enfrentou ao longo deste tempo e examinar se alguma delas se originou da cabeça privilegiada de algum líder oposicionista.

Sr. Presidente, o Governo vem mostrando, pouco a pouco, para o que veio e o que quer. Jornais ontem trouxeram, com estardalhaço, mais um vazamento de informações provindo de dentro do Governo, acerca do que se propunha com relação à famosa Ancinav – uma agência mais parecida com uma Gestapo cultural, que frustrou todo o meio artístico brasileiro, os intelectuais, por ser, acima de tudo, um órgão de censura, de cerceamento das liberdades culturais.

Assistimos, por exemplo, à indignação de uma das pessoas mais respeitáveis deste País, a historiadora Lúcia Hippólito, que se diz assustada com o teor do anteprojeto da lei geral do audiovisual:

Isso faz parte de um projeto político. Começa com as regras para patrocínio cultural, depois a tentativa de expulsar o jornalista americano, depois passa pelo banco estatal contribuinto para a construção da nova sede do PT,

em seguida tem o processo de aparelhamento do Estado, com gente do PT e dos sindicatos. Agora, você tem esse projeto de controle do pensamento, das atividades culturais. Isso tem nome, é stalinismo, é delírio stalinista. O que me espanta é a cerimônia que os atuais donos do Poder têm com a democracia. Parece que eles conhecem a democracia vista, eles não foram apresentados direito para ela. Esta é uma proposta totalitária.

Há declarações oriundas dos mais diversos setores da cultura brasileira. No jornal de hoje, o caso continua repercutindo, e há inclusive um artigo de Cacá Diegues, intitulado “Um desastre conceitual e técnico”.

Sr. Presidente, um Partido com a origem do PT, que combateu a Lei da Mordada, que pregou a liberdade e defendeu-a, até com brilhantismo, durante 20 anos, tinha o dever e a obrigação de tomar providências enérgicas pelo simples fato de alguém ter pensado e feito um esboço de um anteprojeto com esse teor, com essa natureza. No meu entender, a grande vítima disso tudo é o Ministro Gilberto Gil, que não participou da reunião. Pela sua pureza, pelas intenções demonstradas ao longo da vida, S. Ex^a deve ter sido pego de surpresa tanto quanto nós, que tivemos acesso pela imprensa. E não para aí: ontem mesmo anunciou, Senador Antero Paes, um projeto para a regulamentação da carreira de jornalista, o que tanto combateu num passado recente. Aonde querem chegar?

É lamentável que esses fatos aconteçam no justo momento em que o Brasil vai começar a assistir, no meu modo de ver, ao melhor filme já produzido em toda a história do cinema brasileiro, que é esse filme que tem como fundo a vida da então jovem Olga Benário, dirigido por Jayme Monjardim. Esse filme tem sua história construída exatamente nas atrocidades de uma ditadura. Pois no justo momento da sua apresentação Brasil afora é que se propõe essa lei da mordada à cultura brasileira.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Heráclito Fortes, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. V. Ex^a, como eu, membro e assíduo freqüentador da CPMI do Banestado, sabe que, desde o início da CPMI, foram mais de 1.300 requerimentos e que em nenhum deles há o pedido de convocação do Sr. Henrique Meirelles ou de quebra de seu sigilo fiscal. Já tive oportunidade de dizer isso ontem aqui. Embora tenha uma posição consolidada, ainda que possa ser uma opinião minoritária, mas é a minha convicção pessoal, independentemente desse

de ontem, os fatos anteriormente divulgados são graves para alguém que ostenta a condição de Presidente do Banco Central. Mas quero cumprimentá-lo porque V. Ex^a traz à tona hoje um assunto importante, que mostra o viés autoritário deste Governo. O Governo quer criar um conselho de jornalistas. Na verdade, o que o Governo quer é criar um conselho de petistas para punir jornalistas, é a reintrodução da censura, é a violência ao art. 220 e seus parágrafos da Constituição. A Constituição que ajudamos a escrever não admite o retorno da censura. Então, isso tudo vem num mesmo dia. Ora, se o Governo não concorda com uma obra, que dê condições para que se publiquem outras, para que se façam outros filmes, mas não deve vetar aquele filme que é proposto por um determinado segmento, por um determinado pensamento da sociedade. Não tem porque o grupo que está no poder tentar estabelecer a sua ideologia da dominação, para impor o **modus** comportamental à sociedade brasileira. O Governo do PT quer fazer o dirigismo cultural, quer acabar com o Ministério Público, dirigir o Ministério Público, que o Ministério Público seja um apêndice do Poder Executivo – e uma das maiores conquistas da sociedade foi a independência e a autonomia do Ministério Público –, e quer, agora, ameaçar a imprensa livre. Isso não faz bem para o Governo do PT. Está fácil verificar e constatar o diagnóstico do Governo do PT. Diminuindo as atribuições do Ministério Público, fazendo um dirigismo cultural para controlar as mentes, estabelecendo uma forma de o Governo controlar os jornalistas e descaracterizando a Oposição, não terá defeito o Governo do PT. Já vimos essa democracia com os militares. O Presidente Lula, pela sua história e pela sua biografia, podia parar de imitar os militares. Uma comparação seria injusta para com Stalin, pois Stalin fez o que fez acreditando numa causa, mas este Governo não tem causa. Então, essas coisas, na minha avaliação, são um retrocesso enorme do Governo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a por trazer esses temas tão caros à democracia brasileira. O Governo precisa entender definitivamente – e sei que os governantes lêem – o ensinamento de Rosa Luxemburgo: os problemas da democracia só se resolvem com mais democracia; jamais serão resolvidos com menos democracia. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço o aparte. V. Ex^a abordou um tema, com relação à CPMI de que participamos e tão brilhantemente presidida por V. Ex^a, que demonstra um pouco da intenção maldosa de setores do Governo de jogar uns contra os outros. Já não se pratica isso mais somente dentro do âmbito do Executivo, mas quer-se fazer isso também no Legislativo, Sr. Presidente, quando se passa para a imprensa a informação de que a CPMI elaborou um

documento de 50 páginas sobre a questão do Presidente do Banco Central. Confesso que em nenhum momento ouvi, a não ser em referências passageiras, nenhuma citação ao Presidente do Banco Central do Brasil naquela Comissão de Inquérito.

Ora, a partir do momento em que se pinça essa informação, está-se tentando fazer um jogo de intrigas dentro da Comissão, porque quem faz relatório é o Relator, que é o Deputado José Mentor, que em momento algum leu esse relatório na Comissão. Cuidadoso como é, tenho certeza de que S. Ex^a não permitiria que um fato dessa natureza ganhasse esse corpo sem dividir a responsabilidade com a Comissão.

Não sei a quem interessa envolver esse episódio do Meirelles e a Comissão. Não tem nada a ver. Acho até que a partir de agora, Sr. Presidente, a Comissão passa a ter motivos que justifiquem a convocação do Presidente do Banco Central, pois até então ela não tinha. Ele nunca foi objeto de preocupação daquela Comissão. É bom que isso fique bem claro e que o Governo, de uma maneira serena, examine quem são os autores do “vazódromo” que acontece hoje dentro do Governo. É um duto de vazamentos de uns disputando com outros em véspera de eleição.

Se eu não conhecesse a história do PT e não continuasse a julgá-lo um partido ético, eu diria que as intenções eram bem outras, muito parecidas, Senador Antero, com as do Governo Collor. A “futricalhada” começou exatamente assim. É só pegar os jornais da época para ver que o pano de fundo era o falecido PC Farias. Mas não quero dizer isso. Estamos em vésperas de eleições e é preciso se ter muito cuidado com o que está acontecendo.

Senador Antero Paes de Barros, essa questão do cerceamento da liberdade cultural, feita através desses conselhos, é uma iniciativa intervencionista que se assemelha à censura que se fez durante a revolução de 64, quando se obrigava os jornais tradicionais a trocarem matérias por hinos, por receitas de bolo. Aprovando a proposta como está aqui, não faltará um cumpridor de ordem não dada que extrapole nas suas decisões. Imaginem os senhores toda a atividade cultural brasileira ficar limitada a esse tipo de aprovação, e só Deus sabe como.

V. Ex^a citou um fato que nos remete a um passado não tão distante. Acho que o Presidente Geisel foi bem mais democrático naquele famoso episódio do filme “Pra Frente Brasil”, na época em que a Embrafilme era presidida pelo hoje Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Houve muita confusão, foi demitido o Sr. Celso Amorim, mas a obra foi preservada.

Como está posto aqui, jamais um filme daquela natureza seria rodado. Daí para se rever a censura livre

é um passo. Para que isso? Trata-se de uma decisão exatamente de um Partido que, em determinado momento, se voltou contra a lei da mordaga.

Sei do que se trata, Senador Antero. Ontem, numa dessas conversas informais, ouvi de um importante líder do PT na Câmara que era preciso colocar um freio nas televisões. A preocupação aqui – atentem bem – é exatamente com relação às televisões. Nas entrelinhas, disseram-me – e não somos burros; esta Casa tem tudo menos burros – que por causa de uma televisão o Lula perdeu a eleição para o Collor e que se deveria colocar um freio nesse poderio absoluto.

Esse é um projeto que tem endereço certo. O que falta é coragem para o Governo assumir as suas diferenças e não vir pelas beiradas para atingir esse objetivo. É muito fácil: é só ver quem produz cinema no Brasil e onde se quer chegar. É preciso que se enfrente.

Recentemente, Senador Antero Paes de Barros, houve um processo muito parecido, demonstrando a vocação absolutista do Governo. Chamaram os proprietários de televisão no Brasil para abrir uma linha de crédito para resolver algumas questões pendentes envolvendo as emissoras de televisão. Passou-se mais de um ano, houve mais de vinte reuniões com o primeiro escalão e mais de setenta com o segundo. Os próprios donos de televisão, mais enfraquecidos que estavam no começo, desistiram porque viram que era um engodo e que nada ocorreria.

Trago esse assunto nesta sexta-feira para reflexão de todos. O simples fato da iniciativa, do esboço é estarrecedor. Amanhã aparecerão os desmentidos, o disse-não-disse. Dirão que a culpa é de um funcionário, mas não interessa. O Governo reuniu-se em duas oportunidades para discutir esse fato. Na primeira vez, quando não era do conhecimento público, a reunião ocorreu tranqüilamente. A segunda, quando já do misterioso vazamento – segundo eles próprios –, foi a fase do desmentido. É lamentável que isso ocorra.

Este é o momento em que todos devemos ter o cuidado de não concordar com isso. O PT pode conseguir um poder absoluto agora, mas esse poder não será eterno. Esse modelo não serve hoje, amanhã e nunca, porque lutamos muito – inclusive com o PT comandando, nas praças brasileiras – pelo reencontro com o caminho da democracia. Não será com o nosso apoio que essa volta ao poder absoluto se fará. Ela virá exatamente na mão do PT!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Antero Paes de Barros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PPS – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna hoje para tratar de importante assunto que diz respeito ao Brasil e em especial ao meu Estado, Mato Grosso.

Quero tratar deste assunto em forma de denúncia porque entendo que há um grande complô, com interesses internos, com *lobbies* principalmente do setor rodoviário e até com disputas internas econômicas em nosso País, mas há principalmente o interesse internacional contra algo que considero o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

A revista inglesa **The Economist** publicou, semana passada, ampla reportagem sobre o desmatamento da Floresta Amazônica. A reportagem que mereceu capa dessa respeitada publicação aponta o asfaltamento da rodovia BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, como uma grande ameaça à floresta, identificando o Governador de meu Estado, Blairo Maggi, como comandante do processo de destruição do ecossistema amazônico.

Deixo muito claro ao Senado e ao Brasil que sou adversário político do Governador Blairo Maggi, com quem disputei as eleições para o Governo do Estado. O fato de ter perdido as eleições não me impede de defender S. Ex^a, o meu Estado e o Brasil.

Essa reportagem é profundamente injusta porque querem, na verdade, atacar a construção da BR-163. Estamos defendendo o asfaltamento da BR-163. Essa é uma obra que se relaciona muito mais com o Estado do Pará que com o Estado de Mato Grosso. Faltam apenas 67 quilômetros a serem pavimentados em Mato Grosso. O restante da obra tem que ser construído no Estado do Pará.

Mas essa é uma rodovia do Brasil e preocupa os americanos porque a nossa soja – o Mato Grosso é um campeão nacional de produção de soja, e o Governador Blairo Maggi é o maior produtor de soja do mundo – vai chegar com mais competitividade aos portos internacionais.

Para se ter uma idéia, a pavimentação da BR-163 não implica a derrubada de galho de árvore algum ou de árvore alguma. Por quê? Porque a estrada existe. Ela apenas não está asfaltada. Estamos defendendo a pavimentação da rodovia que já está aberta. Feita essa rodovia, vamos economizar 2.400 quilômetros de estrada de terra. Em vez de tirar a produção da região do Campo Novo do Parecis*, no nortão, e trazê-la ao

Porto de Santos, vamos entregá-la no Porto de Santarém, economizando 2.400 quilômetros de distância.

Não é verdade que estamos longe do mundo. Ao chegar ao Porto de Santarém, a nossa soja estará cinco mil milhas marítimas mais perto do mundo. Isso significa, no cálculo atual dos produtores de Mato Grosso, um ganho de US\$30 por tonelada de soja que vai ser entregue nos portos internacionais, na Europa e nos Estados Unidos. Está claríssimo o interesse.

No Governo de Jaime Campos, iniciou-se, em Mato Grosso, o Programa de Desenvolvimento Agroambiental, que quase foi concluído pelo Governo Dante de Oliveira. Semana passada, o Governador acusado de ser o destruidor das florestas entregou à Assembléia Legislativa de Mato Grosso um projeto de desenvolvimento agroambiental.

Queremos a rodovia e a utilização dos recursos naturais da Amazônia de forma sustentada. Não desejamos a agressão ao meio ambiente, mas não queremos que seja essa uma área contemplativa, apenas para a criação de passarinhos, uma vez que ela pode ser uma área de produção nacional.

Não estou exagerando. Vou repetir uma frase do ex-Governador Garcia Neto: “Mato Grosso é o Estado-solução”. Mato Grosso sozinho, daqui a 15 anos, vai produzir o que o Brasil produz hoje nacionalmente. Mato Grosso já é o campeão do algodão, da soja, o segundo produtor de arroz, o primeiro rebanho bovino do Brasil – e vai continuar sendo. Precisamos agora melhorar a infra-estrutura, pois esse é um projeto que interessa ao Brasil.

Estou, portanto, apresentando da tribuna do Senado a minha solidariedade ao Governador, pois esse assunto não nos divide em Mato Grosso, Oposição e Situação. Somos Oposição ao Governo Blairo Maggi, mas esse assunto une para o desenvolvimento do Estado. Esse assunto deve ser visto como interesse nacional. Esse é um dos poucos assuntos, Senador Heráclito Fortes, que serão viabilizados com a participação da iniciativa privada, que vai correr riscos, por meio do Projeto de Parceria Público-Privada, que é importante para o Brasil e que deve ser aprovado, mas não do jeito que veio para o Congresso Nacional.

Do jeito que está nesta Casa para ser votado, pretende-se criar o paraíso para o capitalismo, o capitalismo sem riscos, com a possibilidade de o Estado ficar com todos os riscos e de os empresários não terem risco algum. Não é o que queremos para o projeto de desenvolvimento de Mato Grosso, e sabemos que essa rodovia pode se viabilizar num projeto como esse, porque os produtores, exatamente em função do ganho da produtividade, têm interesse em bancar um projeto que interesse ao Mato Grosso, ao

Pará, ao Amazonas, que viabilize a Zona Franca e o Brasil, tornando-o mais competitivo e mais respeitado em nível internacional.

Deixo o nosso apoio a essas intenções do Governo de Mato Grosso, que não são aquelas divulgadas na revista **The Economist**. Aliás, Mato Grosso é uma vítima disso.

A hidrovía Paraguai-Paraná, que também viabiliza o meu Estado com a proximidade com o Mercosul, necessita da construção de um porto em Morrinhos, que até agora não foi liberado pelo Ministério Público Federal, e não foi liberado de uma forma que tecnicamente não se justifica. Para o porto de Morrinhos, não será necessária nenhuma obra no rio; não é preciso fazer nenhuma obra. Sem fazer obra alguma, a hidrovía estará viabilizada. Aliás, sem estar regulamentada, sem ter o porto, sem ter o projeto, sem estar de forma oficializada, essa estrada natural, que é a hidrovía, já é utilizada. As usinas que fazem a geração de gás em Mato Grosso e que vieram dos Estados Unidos chegaram a Cáceres por essa hidrovía, que é perfeitamente viável e que não precisa de obra nenhuma.

As publicações internacionais baseiam-se num projeto que existia em 1800, quando as pessoas previam construir um porto não em Morrinhos, que se situa 80 quilômetros abaixo da região de Cáceres, o coração do Pantanal de Mato Grosso. O projeto anterior previa um porto em Cáceres, que ecologicamente seria insustentável porque o Pantanal é uma planície. Não existe o desnivelamento entre as águas do Pantanal, que correm lentamente. Para construir o porto em Cáceres, aí sim, teriam que ser feitas correções na sinuosidade do rio, o que aceleraria as águas do Pantanal e causaria problemas ao meio ambiente. Mas não é isso o que se pede. Pede-se a autorização do porto em Morrinhos, a 80 quilômetros rio abaixo. Se se autorizar o porto em Morrinhos, Mato Grosso será a grande porta de negócio também com o Mercosul.

Não é possível que esses temas sejam tratados com irresponsabilidade. Temos o dever, sim, de zelar pela questão do meio ambiente. A Ministra Marina Silva terá sempre em mim um aliado. Aliás, essa luta não é dela. Quem preserva o Pantanal Mato-Grossense somos nós, são os pantaneiros de Mato Grosso.

Há um projeto naquele Estado que tem a melhor das intenções, referente ao Sistema S do Sesc, que criou um hotel belíssimo, que comprou mais de 100 mil hectares, que tem uma visão preservacionista. Mas o Ministério do Meio Ambiente precisa discutir esse assunto, porque essa visão está errada. Eles compraram a área, retiraram todo o gado do local e acham que, dessa forma, estão ajudando a preservar o Pantanal. Isso não é verdade.

Alerto novamente que a retirada do gado pode provocar um grande incêndio no Pantanal. O Pantanal precisa do gado, pois o boi, com o seu pisoteio, acaba sendo o bombeiro do Pantanal – não é cientista que constata isso, mas quem vive lá, quem o sustentou até hoje. O Pantanal cria aquelas macegas, aqueles capins secos, que podem provocar combustão espontânea. Já houve incêndios trágicos no Pantanal. Essa região não tem acesso a corpo de bombeiro. Assim, o grande bombeiro do Pantanal é o boi.

O Sesc agiu com a melhor das intenções, mas talvez não esteja fazendo o que é ecologicamente correto e que não é ensinado por cientista, mas pelos homens que vivem e convivem no Pantanal de Mato Grosso.

Aproveito esta sexta-feira para me solidarizar com o Governador Blairo Maggi.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antero, parabênizo V. Ex^a pela maneira altiva como aborda a questão, deixando de lado disputas eleitorais ou quaisquer divergências tidas no passado recente, remanescentes de enfrentamento de urnas, estabelecendo como prioridade o interesse do seu Estado e do País. Não conheço pessoalmente o Governador Blairo, mas, pelas informações, pelo que observo, inclusive de investidores de soja de Mato Grosso que estão levando para o meu Estado, Piauí, a tecnologia e a experiência ali adquiridas, trata-se realmente de um homem empreendedor, corajoso e que – já que o Governo não comparece –, por intermédio da participação privada, tem feito uma série de obras visando dotar o Estado de infra-estrutura mínima necessária para o escoamento dessa produção toda de que o Brasil já começa a tomar conhecimento e que vem ocorrendo ano após ano em Mato Grosso. Mas V. Ex^a tem razão absoluta ao se queixar das dificuldades que Mato Grosso enfrenta para crescer. Se lembrarmos um passado muito recente, um empresário que nasceu do carreto de pedras no interior de São Paulo e que depois se transformou num grande construtor de estradas no Brasil investiu com a sua própria empresa e com a iniciativa privada num projeto ferroviário que foi boicotado de todas as maneiras e que foi atrasado. O Projeto Ferro Norte, que também beneficiaria e que faria essa interligação no Governo do Presidente Sarney, foi sabotado antes do início. Ontem mesmo, Senador Antero Paes de Barros, a Ministra Dilma Rousseff protestou contra o emperramento das hidrelétricas, que atinge o Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, e principalmente o Mato Grosso. V. Ex^a falou das riquezas, da potência do Mato Grosso. É exatamente lá que existe o maior número de pequenas usinas que

irão juntar-se às usinas existentes no Brasil e evitar um “apagão” no futuro próximo. Esses projetos de investidores que vieram de outros países e também de investidores brasileiros que estão parados em virtude de discussões teóricas, na maioria das vezes, entre técnicos que não se entendem, para não chegarmos à possibilidade de admitir má-fé. V. Ex^a está coberto de razão. Faz um discurso preventivo. Acho que deve voltar à tribuna mais vezes para tratar desse tema. Cachorro picado por cobra corre com medo de salsicha. V. Ex^{as} já foram vítimas, em passado recente, desse tipo de boicote e não podem permitir que isso volte a ocorrer. Parabenizo V. Ex^a e, acima de tudo, Mato Grosso, por ter o seu representante na tribuna nesta sexta-feira e lamento que não haja Parlamentares do partido do Governo no plenário para trocarmos idéias e informações. V. Ex^a está defendendo o seu Estado e, acima de tudo, o Brasil. Parabéns.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Senador Heráclito Fortes, agradeço-lhe o aparte.

Quero fazer justiça ao ex-Governador de Mato Grosso Dante de Oliveira. Esse desenvolvimento do Estado deve-se principalmente ao fato de que Mato Grosso investiu em pesquisa. Mato Grosso cobrava sobre o algodão uma carga tributária que girava em torno de 25% do ICMS. Com o Governo Dante, isso foi reduzido para 2%, 3%. Ao reduzir a carga tributária, o Mato Grosso, que produzia 4% do algodão brasileiro, atraiu investimentos e hoje é responsável por 56% da produção nacional.

Com o aumento da produção evidentemente aumentou também a receita da Secretaria de Fazenda, mesmo cobrando um imposto infinitamente menor e parte dele foi utilizado num fundo de apoio à pesquisa no Estado de Mato Grosso, em que havia a participação do Estado e a participação dos empresários. As pesquisas feitas em Mato Grosso, associadas à luminosidade da região, que é muito boa — no Estado chove na época certa — fazem com que tenhamos a melhor soja e o melhor algodão do Brasil. Mato Grosso produz hoje um algodão de fibra longa de muitíssima qualidade, porque o Estado é parceiro da iniciativa privada no investimento na área de pesquisa. Creio

que essa explosão do agronegócio em Mato Grosso ocorreu exatamente por isso.

O Governador Blairo Maggi, o maior produtor de soja do mundo, entende disso e vem trabalhando no sentido de que o agronegócio, importante peça no desenvolvimento nacional, cresça a cada dia. Agora, precisamos fazer o caminho inverso. O Senador Heráclito Fortes toca em outro tema importante, do qual trataremos em outro pronunciamento.

Quando o Governador Dante de Oliveira assumiu o Governo, em Mato Grosso havia escassez de energia. Das 126 cidades existentes à época, 46 tinham racionamento de energia elétrica de 10 a 12 horas por dia. Hoje, Mato Grosso é exportador de energia, apesar de sua capacidade de PCHs ser inteiramente inexplorada. Mato Grosso, que tem riquezas extraordinariamente abundantes para a produção de pequenas hidrelétricas. Mato Grosso – repito a frase do Dr. Garcia Neto – é um dos Estados-soluções para esse problema que tem preocupado a Ministra Dilma Rousseff. Agora, a grande questão do nosso Estado é a de que não devemos nos contentar apenas em ser produtores de **commodities**. Com a nossa vocação, devemos nos transformar na capital agroindustrial do Brasil. Nós temos de atrair indústrias para verticalizar a produção, para gerar mais empregos e para gerar as exportações com valor agregado, com a produção que pode ser feita no próprio Estado de Mato Grosso.

Hoje o meu objetivo ao usar da tribuna era esse. Quero apresentar a minha solidariedade ao Governador e ao povo de Mato Grosso e dizer que aqui no Senado vamos continuar lutando pela pavimentação da BR-163, evidentemente, respeitando as regras ambientais vigentes no País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PPS – RR) – A Presidência lembra ao Plenário que a sessão de segunda-feira, dia 09, será não deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PPS – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 46 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e
311-5256

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PTB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 60 PÁGINAS